TC – 020.339/2013-5

Tomada de contas especial

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE) para apurar irregularidades na execução do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 42/2004 – GDS/MA, celebrado entre MTE, por meio da SPPE/MTE, e o Estado do Maranhão, por intermédio de sua Gerência de Estado de Desenvolvimento Social (GDS/MA).

2. Com base no referido convênio, o MTE repassou recursos ao Estado do Maranhão objetivando “*o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação social e profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação [...]*” (peça 1, p. 20).

3. Para a execução do ajuste, foram celebrados diversos contratos pelo governo estadual. Neste processo, apura-se a responsabilidade solidária por suposto débito decorrente da falta de comprovação da regular aplicação dos recursos destinados à execução do Contrato 9/2005-SEDES, no valor de R\$ 231.331,48, firmado entre o Estado do Maranhão, por meio de sua Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES/MA), e o Instituto do Desenvolvimento Humano e Social (IDHS) (peça 2, p. 232-248).

4. O referido contrato tinha por objeto a “*Prestação dos Serviços Técnicos de Capacitação de, no mínimo 483 (quatrocentos e oitenta e três) educandos no Projeto de Qualificação Profissional nas áreas de Comércio e Serviços, Agropecuária e Artesanato, [...] com carga horária de 4.800 (quatro mil e oitocentas) horas [...]*” (peça 2, p. 234).

5. No âmbito deste Tribunal, após análise dos elementos constantes dos autos, a Secex/MA apurou débito no valor histórico de R\$ 15.929,54, cuja atualização até 19/8/2015 perfaz a quantia de R\$ 27.352,61, senão vejamos (peças 9 e 10, p. 6-8):

21. Muito embora constem nos autos elementos que apontem no sentido de que os cursos foram efetivamente realizados, o controle interno optou por efetuar a impugnação total das despesas realizadas, descontado o valor do ISS. Trechos do relatório do Movimento pela Cidadania - MOVPEC referentes à execução dos cursos apontam que os mesmos foram ministrados, alguns de forma satisfatória [...]

22. Além disso, a não apresentação dos documentos solicitados pela Comissão de TCE ao IDHS (v. item 7 desta instrução), por si só, não é motivo suficiente para impugnar a totalidade das despesas realizadas, visto que, além de haver nos autos elementos que comprovam que os cursos foram ministrados, alguns dos documentos solicitados não constam do rol dos previstos contratualmente (v. peça 2, p. 240).

23. Assim, entendemos que imputar aos responsáveis o recolhimento do débito relativo ao valor total repassado seria uma medida injusta e rigorosa e que não se coaduna com a verdade material, visto que os cursos foram ministrados. Discordamos, portanto, do montante apurado pela comissão de TCE, tendo em vista que constam nos autos elementos indicativos da execução do objeto [...]

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

24. Assim sendo, no nosso entendimento, comporiam o cálculo do débito o valor dos certificados não entregues, a diferença de valor entre a carga horária prevista e a executada e os valores previstos a título de encargos sociais [...]

25. Quanto ao débito, seu valor atualizado monetariamente é de R\$ 27.352,61, conforme demonstrativo de débito anexo (peça 9).

6. Dessa forma, considerando que o valor atualizado do débito é inferior a R\$ 75.000,00 – limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de TCE – e que o processo se encontra pendente de citação válida neste Tribunal, a unidade técnica propôs que, a título de racionalização administrativa e economia processual, sejam arquivadas as presentes contas, sem cancelamento do débito, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012 (peça 10, p. 9-10, e peças 11 e 12).

7. O encaminhamento sugerido pela Secex/MA está em consonância com a jurisprudência do TCU que, em situações da espécie, tem determinado o arquivamento do processo em razão da baixa materialidade, economia processual e racionalidade administrativa, conforme se depreende dos Acórdãos 365/2015, 150/2015, 6.108/2013 e 6.283/2013, da Segunda Câmara, e Acórdãos 7.007/2014, 2.688/2013 e 5.460/2013, da Primeira Câmara.

8. Pelo exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se **de acordo** com a proposta da Secex/MA (peça 10, p. 9-10, e peças 11 e 12), no sentido de arquivar este processo, por racionalidade administrativa e economia processual, sem cancelamento do débito no valor de R\$ 15.929,54 em 20/12/2005, sugerindo, contudo, que se **dê ciência** ao Ministério do Trabalho e Emprego de que, nos termos do art. 15, inciso IV, da Instrução Normativa TCU 71/2012, cabe à autoridade competente consolidar os diversos débitos do mesmo responsável cujo valor seja inferior ao mencionado no art. 6º, inciso I, dessa Instrução Normativa e constituir tomada de contas especial se o seu somatório, perante o mesmo órgão ou entidade repassadora, atingir o referido valor.

(Assinado Eletronicamente)

Sergio Ricardo Costa Caribé

Procurador